Valor ECONÔMICO
Publicado em 16/05/2023 - 05:58

Relator do arcabouço prevê restrições caso metas fiscais sejam descumpridas

Congresso Cajado reúne líderes partidários e negocia ajustes no texto, que deve ser votado nesta semana pela Câmara, mas PT ainda resiste

Relator confirma gatilhos no arcabouço fiscal

Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto, Guilherme Pimenta e Renan Truffi
De Brasília

O projeto de lei do arcabouço fiscal deve ser votado ainda esta semana na Câmara dos Deputados, embora o parecer do relator, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), não tenha sido divulgado ao longo do dia de ontem, até o fechamento desta edição. Nesta segunda, Cajado fez uma bateria de reuniões para fechar o texto. O último encontro, à noite, reuniu os líderes de todos os partidos para ver se havia consenso sobre as alterações defendidas por ele e pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Cajado voltou a afirmar que o presidente da República não será punido com crime de responsabilidade fiscal se descumprir a meta estabelecida em lei. No lugar de sanção ao chefe de Estado, ele incluirá restrições à gestão orçamentária. "Vão existir movimentos, gatilhos. Vão existir possibilidades para que haja o perseguimento da meta do ponto de vista da gestão. Essa parte da criminalização, essas outras questões, fica de fora do texto, até porque é outra legislação que não estamos nos debruçando sobre ela", afirmou.

Entre os gatilhos que eram estudados pelo relator estavam o congelamento dos salários dos servidores públicos, corte de incentivos fiscais, proibição de reajustar o salário mínimo acima da inflação e outras medidas de contenção de despesas. Essas eram contrapartidas defendidas pelos partidos de centro-direita e de direita para apoiar a proposta, com o argumento de que o texto precisava forçar o governo Lula a controlar os gastos.

A proposta do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é controlar o crescimento das despesas com base no aumento das receitas. O governo poderá elevar seus gastos de um ano para outro até o limite da inflação, mais 70% do incremento das receitas, num patamar que variará entre 0,6% e 2,5% de aumento real. Se descumprir a meta fiscal estabelecida em lei, no ano seguinte haverá uma punição e as despesas só poderão crescer 50% das receitas. Para 2024, a meta do governo é zerar o déficit primário, com uma "banda de tolerância" entre 0,25% negativo e 0,25% positivo.

Antes dessa reunião com os líderes dos partidos, Cajado se encontrou com parte da direção Executiva do PT junto com o ministro da Fazenda para tratar do texto. Segundo a presidente da sigla, deputada Gleisi Hoffmann (PR), as sugestões de alteração cogitadas "preocupam". Ele não chegou a apresentar seu parecer aos petistas, que evitaram se posicionar. "Precisamos ver em quais bases e qual o desenho desse contingenciamento. É difícil ter um posicionamento, precisamos saber como vem o relatório", disse Gleisi. Ela relatou que conversou com Haddad e que já houve avanços nas conversas para impedir mudanças mais bruscas e que "podemos ter um relatório que realmente ajude o governo e não desfigure o texto inicial".

Pela manhã, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu sua equipe de ministros para tratar do projeto, que determinará o quanto seu governo poderá gastar nos próximos anos. Haddad saiu desse encontro para reunião direto com Cajado e Lira antes do almoço e, à tarde, o relator finalizou seu parecer junto a técnicos. A expectativa era de que ele protocolasse o projeto ainda ontem para vota-lo esta semana no plenário se houver entendimento entre os partidos.

Paralelamente, o ministro de Relações Institucionais Alexandre Padilha e os líderes do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), se reuniram à tarde com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Segundo Randolfe, o governo já está preparando terreno para, tão logo a matéria passe na Câmara, sua tramitação no Senado seja rápida. "O foco do governo é a apreciação o quanto antes da regra fiscal. O presidente Pacheco reiterou a disposição dele de colaborar para, quanto antes o tema da regra fiscal avançar na Câmara, podemos amadurecer para discutir a relatoria no Senado e a aprovação ser rápida". *(Colaborou Vandson Lima)*

CADU GOMES/VPR

Cajado, relator do texto: "vão existir possibilidades para que haja o perseguimento da meta do ponto de vista da gestão"

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 7

Copyright © Clipclap 2025.